

EXPERIÊNCIAS FORMACIONAIS NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR.

Mariana Moreira Dos Santos¹
Fabiele Dos Santos Ferreira²
Rita de Cássia Santana de Oliveira³

RESUMO

O presente relato visa abordar experiências formativas de duas estudantes do curso de Pedagogia, residentes do Programa de Residência Pedagógica (PRP), vinculado à Capes em parceria com a UNEB, em uma escola-campo vinculada à rede municipal de ensino de Salvador do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Assim, este trabalho tem o intuito de narrar as impressões, caminhos percorridos até o momento do Programa e ações desenvolvidas para permanência escolar dos estudantes, inclusive a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar. Destarte, dialogamos com Larossa (2001) ao discutir o conceito de experiência e Montoan (2015) ao contribuir com reflexões acerca do conceito de inclusão escolar. Portanto, refletir sobre essa experiência em andamento corroborou para realçar a relevância de maior aproximação da Universidade com a Educação Básica, no intuito de fortalecer a formação de futuras professoras.

Palavras-chave: Programa de Residência Pedagógica, Educação Inclusiva, Vivências, Atendimento Educacional Especializado, Formação pedagógica.

INTRODUÇÃO

O projeto tem como propósito levar aos licenciandos do curso de pedagogia a pertinência da participação de todos nos Programas de Residência Pedagógica. Apesar, da insuficiência de apoio aos projetos impulsionamos os estudantes a se envolverem aos que forem aprovados

Com isso, trazemos as experiências alcançadas durante a residência pedagógica e reflexões sobre a importância da escolha de ser um docente inclusivo, que esteja a frente em uma educação emancipadora para todos e dispostos a utilizarem das inúmeras metodologias construtivas em todo o processo pedagógico.

Sendo assim, esta obra teve como problemática a importância da comunicação entre a Universidade e a Educação Básica, para que com o apoio da residência pedagógica juntos possam refletir e preparar os futuros pedagogos para os desafios e experiências existentes na efetivação da inclusão escolar.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, marriana001@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, fabieledsfeira@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutora, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, rcsantana@uneb.br.

Com isso, objetiva-se descrever as vivências do projeto Núcleo Docência na Educação Básica: (micro) políticas de permanência de estudantes nos cotidianos das escolas, do Curso de Pedagogia do DEDC I, desenvolvido para o Programa Residência Pedagógica (PRP) vinculado à Capes em parceria com a UNEB, de duas estudantes de pedagogia, até o mês de maio de 2023, além de refletir sobre a inclusão social e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo durante e depois de suas formações.

Diante disso, teve como metodologia a pesquisa descritiva, assim, utilizou-se de uma perspectiva qualitativa ao empregar o método hipotético-dedutivo, por meio de pesquisas bibliográficas. Buscou-se através da pesquisa identificar o valor significativo experiência durante o processo de formação causa em um estudante e reflexões acerca do conceito de inclusão.

Logo, verifica-se que no primeiro capítulo desta pesquisa será narrado as ações desenvolvidas na escola-campo. No segundo capítulo, veremos conceitos e reflexões sobre a importância da inclusão escolar. E o terceiro capítulo abordará o sentimento de gratidão em poder participar do programa de residência pedagógica, e a certeza que construímos ao longo do caminho do nosso desejo em sermos pedagogas.

METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa, este trabalho busca, de maneira descritiva e exploratória, utilizar uma perspectiva qualitativa ao empregar o método hipotético-dedutivo, via pesquisas bibliográficas, documental e participante. Busca-se através da pesquisa identificar como as experiências formacionais no programa de residência pedagógica se comunica com a inclusão escolar.

A princípio, buscou-se o suporte teórico de Larossa (2001) ao discutir o conceito de experiência, a necessidade de ser tocada e sentir o que nos propusemos a fazer, dialogamos com Macedo (2018) que nos inspira ao tratar das questões vinculadas à formação e Montoan (2015) ao contribuir com reflexões acerca do conceito de inclusão escolar nas observações feitas durante o programa de residência pedagógica, além da realização de fichamentos de obras doutrinárias e trabalhos acadêmicos mais atuais.

Além de realizar um levantamento documental, no que se refere às leis contidas na Constituição vigente e sua interpretação oficial sobre a inclusão escolar, considerada no espaço da legislação dos Tribunais Federais.

Não somente, procurou-se encaixar no texto os aspectos sustentados por Duarte e Furtado (2014, p. 26) que declaram que uma pesquisa descritiva deve observar o já existente, se precisa narrar ao conhecer suas particularidades e suas construções.

Diante disso, também é identificado na pesquisa um cunho exploratório, ao compreender, conforme Gil (2010, p. 27), que pesquisas exploratórias precisam propiciar ao escritor uma maior intimidade com o problema, e assim torná-lo com vistas a torná-lo mais evidente para se construir as hipóteses.

Assim, acordamos com Marconi e Lakatos (2011, p. 73), quando nos apresentam o método hipotético-dedutivo, ao declarar que se precisa eliminar os erros de uma hipótese para assim eliminar tudo que for falso.

Desse modo, a construção desse trabalho contempla a reflexão sobre nossa experiência em concretização por meio dessa estrutura metodológica, ao definir em três capítulos bem definidos, a relevância de maior aproximação da Universidade com a Educação Básica, com o intuito de fortalecer a formação de futuras professoras, sendo o primeiro dedicado as experiências formacionais alcançadas no programa de residência pedagógica, o segundo voltado a reflexões adquiridas sobre inclusão escolar e o terceiro contemplando como o programa de residência pedagógica fortaleceu a nossa formação como um docente inclusivo.

1 A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA-CAMPO

Este capítulo apresentará as experiências formacionais de duas estudantes do curso de Pedagogia residentes do Programa de Residência Pedagógica (PRP), vinculado à Capes em parceria com a UNEB, em uma escola-campo vinculada à rede municipal de ensino de Salvador. Com o intuito de narrar os caminhos percorridos até o momento do Programa e ações desenvolvidas para permanência escolar dos estudantes, inclusive a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar.

Escrever este projeto precisou de tempo, tempo esse que nos levou a conhecer onde estávamos e os inúmeros sujeitos em que fomos apresentados ou conhecemos nos corredores da escola-campo, e assim foi possível sair da teoria de como é a vivência de uma rede de ensino e partir para o real conhecimento de como ela é. E para isso, foi preciso sentir, concordar com Larossa (2001) quando diz que a experiência é o que nos move a perceber e a apropriar o que nos rodeia.

Então, o Programa de Residência Pedagógica, um projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, fez dar sentido ao aprimorar a nossa

formação como futuras pedagogas, ao apoiar o projeto Núcleo Docência na Educação Básica: (micro) políticas de permanência de estudantes nos cotidianos das escolas, do Curso de Pedagogia do DEDC I da UNEB, orientado pelas professoras Rita de Cássia Santana de Oliveira e Maria Almeida de Oliveira.

E assim, nós licenciandas hoje fazemos parte desse projeto, citado acima, aprovado pela CAPES, atuantes na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, na Escola Municipal Comunitária da Histarte. Com o objetivo de desenvolver ações para a permanência escolar dos alunos e inclusão da pessoa com deficiência nas atividades pedagógicas, com a orientação da preceptora Valéria Oliveira.

A unidade escolar, Escola Municipal Comunitária da Histarte, fica localizada na Rua Miguel Gustavo, S/N, no bairro de Brotas, uma das maiores região do município de Salvador, estado da Bahia, e é cercada por uma extensa área composta por empreendimentos e condomínios. Embora o bairro seja considerado de classe média e figure como um dos maiores da cidade, tanto em números de moradores – com cerca de 70 mil habitantes –, quanto em extensão, a escola não se está bem localizada ao ser construída no final de uma rua completamente deserta e cercada por muros de prédios.

O bairro que abriga a escola é formado por diversas subdivisões como “sub-bairros” e subdistritos divididos entre os públicos de classe baixa e de média renda. Assim, este fenômeno contribui para que escola receba alunos de diversas regiões das proximidades, tanto de áreas mais precarizadas e carentes, como de áreas mais organizadas ao oferecer educação especial, com ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

Atualmente é composta por 9 salas de aula, uma sala de atendimento educacional especializado – AEE, 01 sala de regularização de fluxo para os turnos matutino e vespertino, secretaria, cozinha, banheiros e uma área livre para recreação.

Com isso, ela ampara 300 alunos, nos turnos matutino e vespertino, estes são de classe média baixa, moradores do entorno e de bairros periféricos. Não somente, essa unidade possui equipamentos básicos, como máquina de xerox, impressora, notebook, som e TV, materiais de apoio para os estudantes com deficiência recebidos de doação e confeccionados pelas professoras do departamento, e livros didáticos enviado recentemente pelo Ministério da Educação. No entanto, conserva a mesma estrutura física desde sua última reforma em 2008, com apenas algumas manutenções realizadas pelos profissionais que trabalham no local.

À vista disso, a nossa primeira ação prática como residentes foi participar do ato já organizado pelos colaboradores da escola, o "ô abre ala que queremos estudar", uma

manifestação pacífica com o intuito de comunicar à sociedade à Prefeitura de Salvador a necessidade de reforma/melhorias nas estruturas da unidade.

Não havia dúvidas de que a instituição de ensino precisava de uma manifestação em buscar da atenção da Prefeitura, pois assim que fomos a primeira vez tivemos grandes dificuldades em encontrá-la, mesmo com a ajuda de um GPS. E ao chegarmos, percebemos a falta de uma faixa de identificação, isto é, ainda não há uma sinalização apontando a existência de uma escola naquele local e até mesmo os moradores próximos desconheciam totalmente a existência da escola.

No momento em que fomos convidados a participar dessa mobilização, e começamos a fazer alguns cartazes e até mesmo o convite para que os pais e a comunidade pudessem participar, confesso que foi espantoso saber que não havia reforma na escola há uns 15 anos. Em virtude disso, nos faz refletir o quanto as crianças das periferias precisam lutar para ter uma instituição de ensino com qualidade.

Quer dizer, enquanto os filhos da classe dominante têm acesso para estudar em escolas pavimentadas, com salas de dança, de química, uma quadra de qualidade, e outros, os filhos da classe proletária mal têm acesso a um letreiro com o nome da própria escola. Assim, precisam empenhar-se em conseguir do Município um pouco de atenção para as deficiências postas, e com isso, esperar sabe-se lá quando serem atendido.

Dessa forma, é muito fácil culpabilizar um sujeito pelo fracasso escolar dele, ao não considerar que um dos motivos pelo qual ocorrerá o seu afastamento das dependências educacionais é pelo desinteresse em querer frequentar um local que nem mesmo o Prefeito eleito por voto popular deseja comparecer.

Assim, quando caminhávamos: os estudantes, professores, gestores, funcionários e residentes, dizendo palavras de ordem, compreendemos a grande realidade de desvalorização de muitos professores da rede municipal e estadual. Bem como, a luta diária deles, também, em pelear por um local de trabalho digno, de qualidade e de valorização pelo ser humano que são.

Portanto, a favela, mesmo estabelecida em um bairro de categoria alta, precisa pausar suas atividades pedagógicas para utilizar de toda a sua criatividade, e ajuda populacional, para fazer com que os responsáveis pela administração pública olhem para ela.

Apesar disso, a instituição tem uma grande dedicação na inclusão escolar, é possível perceber pelo número de alunos com deficiência que participam atividades do dia a dia e pela mobilização dos profissionais em atender a todos os estudantes, os colocando como protagonistas, trabalhando sempre com projetos de conscientização, liderança, família e tantos

outros que buscam valorizar o crescimento e o desempenho do aluno não só como discente, mas como sujeito.

Logo após o Carnaval, e com o retorno total das aulas, iniciamos com as observações do dia a dia da preceptora professora Valéria, na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, em que pudemos participar de duas entrevistas com a família, com o intuito conhecer o comportamento e como são os alunos que também farão parte do AEE, através das informações, inicialmente, fornecidas pelos pais entrevistados.

No segundo momento do dia, organizamos os detalhes para levar aos estudantes o projeto replanejado no período da jornada pedagógica, Eleição dos representantes de turma 2023. Então, já com uma esquematização preparada pela professora no ano anterior, e com alguns acréscimos dos residentes do turno matutino, pudemos realizar algumas modificações e preparos no projeto, para podermos apresentar aos estudantes na semana seguinte.

Dessa forma, conversamos com a preceptora como seria a ideia do projeto, qual era a finalidade proposta para que os estudantes pudessem se sentir incentivados a participar. Logo, identificamos e definimos que a ideia principal era promover o empoderamento juvenil, fazendo com que os (as) alunos (as) se envolvam nas ações realizadas na escola, contribuindo, assim, para uma gestão mais democrática e participativa.

Após feito todo preparativo, fomos de sala em sala do turno vespertino para apresentar a proposta do projeto Eleição dos representantes de turma 2023. Conforme a cada sala que identificávamos, nos apresentávamos e solicitávamos permissão aos professores para conversarmos com os discentes.

Nesse meio tempo, comemoramos o Dia Internacional da Síndrome de Down, em que as professoras do AEE promoveram em algumas salas uma dinâmica em que a maioria dos alunos participou e mesmo aqueles que no início não quiseram participar acabaram gostando e entrando na brincadeira de jogar bexigas para o alto sem deixá-las cair, caso caísse ela seria retirada da jogada, e assim foi até a última cair. Dessa forma, as professoras conseguiram mostrar aos estudantes a importância da união e solidariedade de todos que com empenho fizeram o possível, mesmo sentados, para a bola não cair, com isso ficou a deixa para conversar sobre a importância do acolhimento, respeito e dignidade às diversas pessoas ao nosso redor.

Ao longo dos dias presenciamos o trabalho das professoras, principalmente da nossa preceptora, e o envolvimento de cada aluno conforme foi se criando ambientes para a evolução e a adaptação deles a cada dia. Com isso, a sala de recursos multifuncionais tornou-se um local não só de ensino e aprendizagem, mas também de troca de emoções e de conhecimentos compartilhados. E assim, foi possível entender o quanto é relevante não se manter distanciada

dos sujeitos, mas sim solícita e capaz de proporcionar a todos um lugar agradável e participativo.

À proporção que os dias passavam, coletamos os nomes dos candidatos a representantes de turma 2023 e, com as respectivas turmas dos candidatos, selecionamos aqueles que se encaixavam nas características que eles mesmo tinham escrito na pesquisa realizada. Assim, após já termos os nomes dos candidatos e chapas formadas, levamos todos ao conselho de classe da escola para que fossem aprovados.

As semanas passaram e, com isso, planejamos e organizamos os materiais que seriam utilizados para o dia da eleição. E assim, no dia tão esperado recebemos a todos os eleitores e candidatos com máxima organização e orientação das etapas a seguir.

Após ocorridos os dias da votação, nos preparamos para a tomada de posse daqueles que foram eleitos. A fim de que tudo fosse preparado conforme um empossamento de qualidade, sistematizamos e produzimos diversos aparatos que se assemelhassem ao uma posse, e todo o processo com a ajuda e participação dos alunos do AEE.

Por fim, após todas essas ações desenvolvidas, estamos ansiosas para os próximos passos; os encontros que serão promovidos com os representantes de turmas, as intervenções e planos de aulas que faremos com os estudantes com deficiência e todas as participações nos projetos desenvolvidos durante o ano letivo de 2023.

2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: INCLUSÃO E CIDADANIA NA ESCOLA

A Constituição Federal, publicada em 5 de outubro de 1988, é um símbolo dos direitos dos cidadãos brasileiros, ao garantir liberdade civil e os deveres do Estado. Nela temos o artigo 3º, incisos I e IV, o qual declara o dever de estabelecer uma sociedade livre, justa e solidária, para o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em vista disso, Montoan (2015) ressalta a ideia de inclusão escolar quando declara que todos os sujeitos, independente de quem seja, frequentem as salas de aula do ensino regular. Ensino esse que acredita em seus alunos e disponibiliza aos seus professores estrutura e capacitação suficiente com perspectiva educacional que os levem a um progresso.

Também está previsto na BNCC, conforme Parecer CNE/CEB n.º 7/20106, a relevância da inclusão e o respeito às diferenças e a pluralidade cultural manifestada em cada povo. Para que assim, toda criança, jovem, adultos e idosos possam estudar dignamente.

Na sequência, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto n.º 6.571, de 05 de outubro de 2009, estabelece que

“Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.” (BRASIL, 2009)

Assim, as unidades escolares devem possuir um atendimento educacional especializado – AEE e uma sala de recursos multifuncionais com a função de identificar, construir e planejar atividades pedagógicas, com o acesso de todos os estudantes com deficiência para que possam participar de se desenvolverem dentro e fora dos muros da escola.

Nessa perspectiva, a Escola Municipal Comunitária da Histarte atende a essa demanda quando acolhe um número bastante significativo de crianças e jovens com deficiência, esses alunos, embora estude na mesma sala que os demais, têm atendimentos específicos uma vez por semana na sala do AEE, com o suporte de 03 professores manhã e tarde e 03 profissionais auxiliares de desenvolvimento infantil, na qual há acesso a jogos e a atividades adaptadas que visam atender às necessidades de cada um, o que provoca resultados positivos no processo de aprendizagem.

E com isso, a instituição faz valer a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) que garante, em seu artigo 27, que a educação é:

“direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (BRASIL, 2015)

Dito isso, conforme os dias de práticas na escola-campo, observamos o papel da universidade e a sua contribuição social, do qual se precisa se soltar do modelo ultrapassado de educação e abrir os horizontes de seus docentes e discentes ao instruir sobre a importância da inclusão. Conforme Libâneo (2010), necessitam-se reajustar os cursos com novos conceitos e abordagens, seguir o tempo a sua frente, recordar que os diversos seres humanos precisam ser valorizados, dessa forma, ressignificar os docentes diante das mudanças e progresso social é fundamental para o reconhecimento da pessoa com deficiência.

Dessa maneira, as universidades precisam se comprometer com Educação Básica ao instruir seus estudantes sobre a diversidade humana que está a cada dia mais visível em nossa sociedade. De acordo com Montoan (op.cit.), a formação de um docente inclusivo precisa ser eficaz para entender que independente da deficiência, cada estudante pode aprender e progredir social

e pedagogicamente, cabe ao professor ter as habilidades e competências necessárias para essa possibilidade.

3 A IMPORTÂNCIA DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA VIDA DE DUAS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Com o propósito de possibilitar aos licenciandos de pedagogia uma formação profissional mais preparada, o Programa Residência Pedagógica oportunizou o vislumbre de novas perspectivas relacionadas à formação, visto que no intercâmbio entre a universidade e a escola; ocorreram as atividades teóricas e burocráticas – participação em palestras e reuniões, discussões de textos, elaborações e planejamentos – e a prática de ensino.

Assim, a partir da Residência Pedagógica, percebemos a importância prática de muito do que vinha sendo debatido dentro da academia, discussões sobre a didática, educação, sociedade e desigualdade; educação e o capital; educação inclusiva e o processo de ensino-aprendizagem e muito mais.

Dessa forma, propõe a nós residentes uma velha pergunta popular: “e aí, vai continuar ou vai desistir?”, confessamos que a primeira impressão é assustadora: os desafios, a importância do nosso trabalho e as aventuras que nos aguardam, mas conforme o passar dos dias e o amparo e a experiência de profissionais qualificados, ao nosso redor, nos fortalece e nos garante que estamos no curso certo.

Como bem coloca Santos (2020), todo o tipo de experiência que o curso de licenciatura oferece é importante, para dessa forma contribuir na afirmativa de escolha de carreira. A partir dessas experiências, desse contato direto com a sala de aula, forma no estudante o que Souza chama de identidade.

“Nesse sentido, acredita-se que programas de formação à docência, como residência pedagógica podem contribuir para o processo de construção da identidade. Uma vez que, essa construção identitária demanda saberes e conhecimentos peculiares da formação docente.” (Souza, 2023, p. 03)

Além disso, em diálogo com autores como Souza (2023, p. 03) e Marcelo (2020, p. 112), a identidade não é algo inato ao ser humano. Pois, ela é construída conforme as experiências e vivências. Com isso, ninguém pode dizer que ama determinada coisa sem nunca ter vivido ou experimentado.

Dessa forma, é a partir do contato e das vivências que construímos essa identidade, e é o que a RP proporciona, a oportunidade de o formando conhecer na prática a sua profissão e a partir daí decidir se fez ou não a escolha certa.

Dessa maneira, a vivência na escola-campo promoveu a oportunidade de experienciar o contato com os estudantes da sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, sempre com o apoio e mediação da professora preceptora. E com isso, possibilitou ter a perspectiva de desenvolver diversas atividades pedagógicas, tanto jogos como questões ilustradas, com esses alunos.

É evidente que tudo à primeira vista é um desafio, a responsabilidade de envolver o aluno a uma atividade proposta, prender a sua atenção para o que está sendo desenvolvido não é tão simples assim; requer habilidade, paciência e experiência, principalmente com alunos que possuem alguma deficiência.

Diante disso, a participação em um Programa de Residência Pedagógica nos possibilitou vivenciar na prática os processos do ano letivo que corrobora para a inclusão escolar. Como exemplo, a educação para surdos, tema que está sendo discutido na academia aos termos aula de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e vivenciado na escola-campo.

Por fim, podemos vislumbrar que a Residência Pedagógica, além de ampliar os horizontes de um discente de Pedagogia, proporciona novas perspectivas e contribui para a sua formação de forma absurdamente intensa, como também constrói no licenciando a aspiração de explorar as suas potencialidades, superar dificuldades e empenhar-se por uma educação inclusiva e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal relatar como as experiências formativas no programa de residência pedagógica reflete sobre a inclusão escolar e em como nos possibilitou mais preparo profissional para a Educação básica.

Não há dúvidas, que todos os professores já foram alunos da Educação Básica, portanto, vivenciaram muitas das dinâmicas de uma sala de aula. Entretanto, ao retornarmos à escola como docente, temos, com efeito, outras percepções e perspectivas. E assim, acabamos por nos surpreender, encantar e se enfurecer com elementos que até então não tínhamos tomado consciente de sua real dimensão.

À vista disso, mediante as inúmeras observações e práticas pedagógicas realizadas até o momento na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE e fora dela, podemos considerar que para haver efetivamente a educação inclusiva e a permanência dos estudantes com deficiência nas escolas, é preciso além de uma estrutura física

escolar de qualidade, também uma construção e uma preparação continuada dos diversos profissionais que entram e dos que já estão nas instituições de ensino.

Para que assim, cada docente tenha em mente que toda e qualquer ação realizada na escola ela precisa ser inclusiva, ou seja, cada proposta escolar precisa envolver e beneficiar, requerer deles participação e torná-los visíveis a cada momento, deixando-os ciente que não são crianças e jovens rejeitados por possuir alguma deficiência.

Além de, intensificar nas atividades pedagógicas a estimulação, curiosidade e capacidade de entendimento deles. Não somente, o envolvimento e o apoio a família são essenciais, pois se os filhos desejarem ir às escolas, mas os pais/responsável não tiverem condições psicológicas ou financeira, não haverá essa possibilidade. Então, pensar em ações para a permanência dos alunos com combinações de estratégias variadas que potencialize cada sujeito em sua diversidade e dificuldade, e assim evoluir a cada passo.

Por fim, tudo o que experienciamos até aqui tem sido muito novo e extremamente magnífico. Confessamos que foi surpreendente, encantador e emocionante cada momento. Em suma, acompanhar de perto e, na prática, todo planejamento interno e as demandas escolares têm ampliado a nossa visão e amadurecido o nosso processo de formação na docência.

Alguns quesitos perduraram-se em aberto após a realização deste texto, pois ainda estamos no meio do programa de residência, mas consideramos que esse é um bom começo para sentir o chão da escola e sentir o processo da construção de um docente ciente da importância da inclusão nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12a. São Paulo, SP: [s. n.], 2010.

OLIVEIRA, M. A. A. D. Educação de jovens e adultos: a relevância da formação do professor. Salvador, BA, p. 78, 2021.

AGHTA PANTANO SOUZA, G.; GUIMARÃES, O. M. **Construção da Identidade Docente no Âmbito do Programa Residência Pedagógica.** Revista Debates em Ensino de Química, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 46–69, 2023.

SANTOS, Eliane Barcelos. **A importância do Programa de Residência Pedagógica na formação de professores no Instituto Federal Farroupilha -Campus São Vicente do Sul.** Vol. 3, n. 1. jan./abr.2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 2016.

SOUZA, Gahelyka Aghta Pantana; GUIMARÃES, Orliney Maciel. **Construção da identidade do docente no âmbito do programa Residência Pedagógica.** Revista debates em ensino de química.

SANTOS, Eliane Barcelos. E.; MARTINS, M.; SILVEIRA RAMOS, M.; NETO, H.; MAZOCCO PANIZ, C. **A importância do Programa de Residência Pedagógica na formação de professores no Instituto Federal Farroupilha,** Campus São Vicente do Sul. Revista Insignare Scientia - RIS, v. 3, n. 1, p. 42-56, 4 jun. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2015. ISBN 85-16-03903-X.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: Brasília, DF, 02 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015,** de 7 de julho de 2015. Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 7/20106. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.** Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: Brasília, DF, 14 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.